Data: 06-08-2020

Título: Jornalismo em Portugal ficou mais precário com a pandemia

Pub: ECO economia online

Tipo: Internet

Secção: Nacional

Jornalismo em Portugal ficou mais precário com a pandemia

Lusa
6 Agosto 2020

A situação económica resultante do estado de emergência "adensou a perceção" dos jornalistas acerca da falta de expectativas sobre o seu emprego, concluiu um inquérito da CCPJ.

A crise nos media, a crescente precarização do jornalismo e a diminuição das expetativas destes profissionais destacam-se num inquérito sobre os efeitos do estado de emergência no jornalismo no contexto da pandemia de covid-19.

A pandemia dominou a agenda dos jornalistas durante a declaração do estado de emergência, e o domicílio passou a ser o local de trabalho para a maioria destes profissionais, que passaram a usar mais tecnologia e a sair menos em reportagem, segundo as conclusões de um estudo com base em uma parceria entre a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), o Sindicato dos Jornalistas, a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa e a Universidade do Minho.

As 890 respostas dos jornalistas a um questionário *online*, que representaram 13,3% do total de jornalistas registados em maio na CCPJ (6.678), revelaram que a situação económica resultante do estado de emergência "adensou a perceção" dos jornalistas acerca da falta de expectativas sobre o seu emprego e "aumentou significativamente" o número de profissionais que admitem a possibilidade de deixar de exercer a profissão.

As respostas dos jornalistas mostraram também ter quintuplicado o número de profissionais para quem, depois da declaração do estado de emergência, no decurso da pandemia de covid-19, era muito provável ou provável perder o trabalho de jornalista a curto prazo.

O estudo mostra que 47% dos jornalistas com atividade profissional (principal ou secundária) tinham um rendimento bruto inferior a 900 euros, e que cerca de metade estava em regimes de contrato de trabalho sem termo.

A Declaração do Estado de Emergência (DEE) afetou diretamente 11,8% dos 890 jornalistas inquiridos, maioritariamente em resultado da aplicação do regime de 'lay-off' e da cessação de contratos de trabalho em regime de prestação de serviços.

A DEE, segundo o estudo, foi responsável por alterações na condição laboral de 15,5% dos 799 profissionais com atividade profissional (principal ou secundária) de jornalista, sendo a maior parte das novas situações resultante da aplicação do regime de *lay-off* por parte das entidades empregadoras, em primeiro lugar, e do fim de colaboração com jornalistas sob o regime *freelancer*, em segundo.

ID: 6913877

Os autores do estudo constatam ainda um aumento do desemprego, com 17% de novas situações, e em termos salariais, contabilizam 205 jornalistas com alterações nos vencimentos naquele período, mais de metade nos escalões mais baixos de rendimento (inferior a 900 euros), e diminuindo à medida que aumenta o valor do salário.

"É possível comprovar que 47% dos jornalistas tinham um rendimento bruto mensal igual ou inferior a 900 euros, quando essa percentagem era de 41,9% antes da DEE", lê-se no documento.

O estudo revela que, durante o estado de emergência, aumentou para 59% a percentagem de jornalistas a trabalhar no domicílio, e para 68,9% quando se junta os que já antes trabalhavam fora das redações.

Quanto aos temas cobertos pelos jornalistas, 35,3% disseram que a pandemia ocupou 75% do seu trabalho, e mais de 91% dos inquiridos disse ter realizado trabalhos sobre a covid-19, admitindo ainda sair menos em reportagem (aumentou de 10% para 30%).

O inquérito debruçou-se sobre um eventual aumento de produção, por jornalistas, dos chamados "conteúdos patrocinados" – produtos de meios de comunicação criados para compensar a diminuição das receitas de publicidade tradicional – com a maioria (90,4%) dos inquiridos a negar que os seus editores/diretores lhes tenham pedido trabalhos desse tipo naquela fase do estado de emergência.

"Em contrapartida, 5,3% dos inquiridos admitiram que tais pedidos lhes foram feitos, enquanto 2,4% disseram que lhes foram solicitados trabalhos desse tipo, mas sem prévia informação do que, na verdade, se tratava", destaca o estudo que, somando as duas parcelas, contabiliza 7,7% dos inquiridos a confirmar pedidos para produzir "conteúdos patrocinados" naquele período.

Mas os dados do inquérito sugerem alguma diferença de situações em função dos seus títulos profissionais dos inquiridos: nos detentores de título provisório de estagiário, foram 11,4% os que admitiram ter recebido aqueles pedidos, a que se somam 9,1% que os receberam, mas sem prévia informação, atingindo no total os 20,5%.

ID: 6913877